



REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A
Companhia aberta - em recuperação judicial

CNPJ/MF n° 33.412.081/0001-96
NIRE 33.300128514

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM
31 DE JULHO DE 2020

A Administração da **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Companhia" ou "Refit") encaminha a presente Proposta da Administração ("Proposta" ou "Proposta da Administração") relacionada à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 31 de julho de 2020 ("Assembleia"), em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481").

ÍNDICE

I - MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA:

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia das Assembleias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes;

(ii) consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados;

(iii) deliberar sobre a fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2020;

(iv) fixar o número de membros do Conselho de Administração; e

(v) deliberar sobre a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

II- ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:

ANEXO I: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

ANEXO II: REMUNERACAO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

ANEXO III: QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR

A Companhia deixa de apresentar o Anexo9-1-II (Destinação de Resultados) em razão de ter apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31/12/2019, conforme decisão do Colegiado de 27.09.2011 (Processo CVM RJ2010/14687).

Senhores Acionistas,

A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. - Em recuperação judicial - com sede na Avenida Brasil, 3141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código RPMG3, sendo controlada pela Xoroque Participações S.A., companhia de capital fechado, vem apresentar a V.Sas. a presente Proposta da Administração a ser submetida à deliberação pelos acionistas reunidos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, em 31 de julho de 2020, às 17:00 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Em Assembleia Geral Ordinária

(i) - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, já divulgadas nos *websites* da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, foram elaboradas em conformidade com as normas e padrões contábeis e de acordo com as rotinas e procedimentos internos usuais da Companhia, e, serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Comercial.

Adicionalmente, para a adequada análise e ponderação dos acionistas sobre as Demonstrações Financeiras e as contas dos administradores, nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM 481, são disponibilizados os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2019, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Observa-se, ainda, que o auditor, Sr. Nelson de Almeida Costa emitiu o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, com as seguintes modificações:

"Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

(a) a. *A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2019 os montantes de R\$ 4.109.329 mil e R\$ 4.121.789 mil respectivamente, referente as obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado."*

Observado o disposto acima, a administração acredita que as Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentam de forma adequada nesta data a situação financeira e os resultados das operações da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31

de dezembro de 2019 e, portanto, propõe aos acionistas a sua aprovação na AGO.

(ii) - Consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 228.360.328 (duzentos e vinte e oito milhões e trezentos e sessenta mil e trezentos e vinte e oito reais), não há lucros relativos a este exercício social a serem distribuídos aos Acionistas.

A Administração da Companhia informa que, em função do resultado apurado, (i) não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/2009, conforme autorizado pela decisão do Órgão Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010-14687); e (ii) tendo em vista que não haverá retenção de lucros, a Administração não apresentará a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2020.

(iii) - Fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2020.

A Administração propõe à Assembleia Geral aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração) para o exercício social de 2020 (janeiro a dezembro) no montante máximo de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), já incluídos os valores relativos aos benefícios, contribuições para a seguridade social e verbas de representação dos Administradores, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A.. As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração global dos administradores para 2020, conforme estabelecido pelo artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se dispostas no Anexo II desta Proposta, no qual constam as informações enumeradas no item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada.

(iv) Fixar o número de membros do conselho de Administração

Nos termos do artigo 9º e seguintes do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros efetivos, com prazo de gestão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

De acordo com as regras para eleição acima mencionadas, propõe-se que o Conselho de Administração da Companhia a ser eleito na Assembleia Geral, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, seja composto por 3 (três) membros efetivos, dentre os quais será eleito seu Presidente.

(v) . Reeleição dos membros do Conselho de Administração.

A atual Administração propõe que os membros atuais do Conselho de Administração, indicados abaixo, sejam reeleitos, já tendo a acionista controladora, Xoroque Participações S.A., informado sua concordância.

- a) **JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO**, brasileiro, químico industrial, separado judicialmente, portador da cédula de identidade nº 03211928, expedido pelo CRQ - 3ª Região, inscrito no CPF/MF sob o nº 723.515.007-68, residente e domiciliado na rua Michael Faraday, nº 125, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo e Presidente do Conselho de administração;

b) **RONALDO DE ALMEIDA NOBRE**, brasileiro, engenheiro, divorciado, portador da cédula de identidade n° 129.890, expedida pelo Ministério da Aeronáutica, inscrito no CPF/MF sob o n° 037.382.057-72, residente e domiciliado na Rua Senador Vergueiro, n° 35, apto. 703, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de administração; e

c) **SIMONE ZONTAK FLIT**, brasileira, administradora, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n° 37.656.700-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n° 078.644.327-86, residente e domiciliada à Rua Custódio Serrão, 56, apto. 502, Lagoa, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração.

A administração esclarece que, em cumprimento do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações relativas à experiência profissional dos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III à Proposta, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

* * *

Por fim, a administração esclarece que as propostas acima expostas, constantes do edital de convocação da AGO, serão submetidas aos acionistas da Companhia na AGO, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31 de julho de 2020, às 17:00 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2020.

Refinaria de Petróleos de MANGUINHOS S/A - em
Recuperação Judicial
JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO
Diretor Presidente

ANEXO I

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA**

Data-Base: 31/12/2019

(Conforme item 10 do Anexo 24 da ICVM 480/09)

Atendendo ao disposto no artigo 9º, itens I, II, IV, V, e parágrafo único, item I, da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009, o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP do exercício findo em 31/12/2019, foram arquivados no website da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, em 29 de maio de 2020, e serão publicados nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Diário Comercial em 24 de julho de 2020.

Atendendo ao disposto no artigo 9º, item III, da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009, a Companhia apresenta o presente item 10, do Formulário de Referência:

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

10. Comentários dos Diretores

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste item 10.1, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em virtude do Decreto n° 43.892 de 15 de outubro de 2012, através do qual o Governador do Estado do Rio de Janeiro declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel da Companhia, localizado na Avenida Brasil, n° 3.141, Rio de Janeiro - RJ, as operações da Companhia foram drasticamente impactadas.

b. Estrutura de capital:

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital consolidada da Companhia representativa do padrão de financiamento de suas operações:

ESTRUTURA DE CAPITAL			
(em milhares de Reais)	2019	2018	2017
Capital de Terceiros			
(Passivo circulante +	5.270.785	4.350.182	3.551.806
Passivo Não			
Passivo à descoberto	(2.780.886)	(2.552.423)	(2.375.342)
PASSIVO TOTAL	2.489.899	1.797.759	1.176.464

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 15 de maio de 2015, a Companhia ajuizou na comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, aprovado posteriormente em assembleia de credores realizada em 16 de dezembro de 2016 e homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017, com o objetivo de viabilizar o pagamento de um passivo gerado devido aos danos causados: (a) pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório, contra o qual a Companhia continua buscando respaldo do Poder Judiciário; e (b) pela política de subsídios ao preço da gasolina praticada pelo Governo Federal;

A Companhia reitera sua confiança no Poder Judiciário e destaca que sua localização estratégica, tanto para a produção, como para a importação de derivados, a levará a superar esse momento delicado, registrando, em especial, que o mercado de combustíveis vem, reiteradamente, demandando maiores volumes de produção e importação de derivados de petróleo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A Companhia para os exercícios sociais de 2018 e 2017 possuía linha de crédito para capital de giro contraído com instituições financeiras para o financiamento de suas atividades. Para o exercício social de 2019 não contraiu nenhum tipo de financiamento/linha de crédito com instituições financeiras. Para o financiamento em ativo não circulante para os exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017 a Companhia utilizou-se principalmente do fluxo de caixa como fonte de financiamento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Vide comentário em 10.1 (d).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes:

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela a seguir (valores em milhares de Reais):

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimo e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	-	11.885	21.657
Contrato de Mútuo (R\$)	-	-	1.567
Circulante (R\$)	-	11.885	23.224
Empréstimo e Financiamentos c/ Pessoa Jurídica para Capital de Giro (R\$)	-	-	15.650
Empréstimos e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	-	-	2.357
Não circulante (R\$)	-	-	18.007
Total do Endividamento Financeiro	-	11.885	41.231
Total do Ativo (R\$)	2.489.899	1.797.759	1.176.464
Total do Endividamento Financeiro	0,00%	0,66%	3,50%

Os Diretores da Companhia comentam que a redução do endividamento líquido observada a partir do exercício social 2017, decorreu pelo aumento significativo do valor total do Ativo, principalmente, pelas rubricas Contas a Receber e Parte Relacionadas, e pelo esforço realizado para a diminuição do endividamento.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A Companhia, para os 3 (três) últimos exercícios sociais, não tinha nenhum tipo de relação de longo prazo com nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Para o exercício social de 2019 a Companhia não possuía nenhum tipo de empréstimo e financiamento com nenhuma instituição financeira. Para os exercícios sociais de 2018 e 2017 as dívidas contraídas pela Companhia não possuíam grau de subordinação entre elas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

A Companhia para o exercício social de 2019 não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras. Para os empréstimos e financiamentos detidos nos exercícios sociais de 2018 e 2017, não havia cláusulas restritivas.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

A Companhia, para o exercício social de 2019, não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras. Para os exercícios sociais de 2018 e 2017, a Companhia manteve limites de capital de giro contratados com instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Os Diretores da Companhia comentam que as informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras estão refletidas nos Comentários abaixo depois do balanço patrimonial.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Análise Horizontal		Análise Horizontal	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	2019X2018		2018X2017	
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	53	65	75	(12)	-18%	(10)	-18%
Contas a receber	967.141	744.309	415.598	222.832	30%	328.711	30%
Estoques	172.036	122.602	149.384	49.434	40%	(26.782)	40%
Adiantamento a fornecedores	33.699	190.659	305.531	(156.960)	-82%	(114.872)	-82%
Partes relacionadas	1.011.619	510.459	73.466	501.160	98%	436.993	98%
Impostos a recuperar	73.402	45.914	11.335	27.488	60%	34.579	60%
Outros ativos	24.844	4.241	34.415	20.603	486%	(30.174)	486%
	2.282.794	1.618.249	989.804	664.545	41%	628.445	41%
Não circulante							
Depósitos judiciais	6.196	4.323	14.285	1.873	43%	(9.962)	43%
Impostos a recuperar	-	-	5.234	-	0%	5.234	0%
Partes relacionadas	-	-	8.312	-	0%	(8.312)	0%
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	-	6.177	-	0%	6.177	0%
Imobilizado	190.650	168.189	152.652	22.461	13%	15.537	13%
Intangível	10.259	6.998	-	3.261	47%	6.998	47%
	207.105	179.510	186.660	27.595	15%	(7.150)	15%
Total do ativo	2.489.899	1.797.759	1.176.464	692.140	39%	621.295	39%
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	-	11.885	23.224	(11.885)	-100%	(11.339)	-49%
Fornecedores	17.408	130.357	27.289	(112.949)	-87%	103.068	378%
Obrigações tributárias	4.615.673	3.603.613	2.872.319	1.012.060	28%	731.294	25%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.286	5.068	3.135	1.218	24%	1.933	62%
Outras contas a pagar	16.218	13.417	14.900	2.801	21%	(1.483)	-10%
	4.655.585	3.764.340	2.940.867	891.245	24%	823.473	28%
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	-	-	18.007	-	0%	(18.007)	-100%
Arrendamentos a pagar	1.986	-	-	1.986	0%	-	0%
Fornecedores	22.619	10.499	-	12.120	115%	10.499	0%
Partes relacionadas	-	-	-	-	0%	-	0%
Obrigações tributárias	163.172	132.774	48.881	30.398	23%	83.893	172%
Provisões para demandas administrativas e judiciais	427.423	442.569	518.969	(15.146)	-3%	(76.400)	-15%
Provisão para passivo a descoberto de investidas	-	-	24.950	-	0%	(24.950)	-100%
Outras contas a pagar	-	-	132	0	0%	-132	-100%
	615.200	585.842	610.939	29.358	5%	(25.097)	-4%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)							
Capital social	208.714	208.714	208.714	-	0%	-	0%
Reservas de capital	19.752	19.752	19.752	-	0%	-	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	49.267	59.488	69.708	(10.221)	-17%	(10.220)	-15%
Prejuízos acumulados	(3.056.996)	(2.838.857)	(2.672.006)	(218.139)	8%	(166.851)	6%
(-) Ações em tesouraria	(224)	(224)	(224)	-	0%	-	0%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - controladores	(2.779.487)	(2.551.127)	(2.374.056)	(228.360)	9%	(177.071)	7%
Participação de não controladores	(1.399)	(1.296)	(1.286)	(103)	8%	(10)	1%
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(2.780.886)	(2.552.423)	(2.375.342)	(228.463)	9%	(177.081)	7%
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.489.899	1.797.759	1.176.464	692.140	39%	621.295	53%

Exercício Social de 2019 x Exercício Social de 2018

ATIVO

▪Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que o crescimento da carteira de recebíveis se deu em conformidade ao aumento de receita observado no último exercício social, em linha com a maior produção e venda observada nos últimos anos. Outro fator que contribuiu para o crescimento de 30% da rubrica em 2019 se deriva da política de negociação da Companhia com clientes que, para ganhar mercado, passou a conceder maiores prazos, sendo que 28% com vencimento em até 1 mês, 65% com vencimento de 1 a 3 meses e 7% acima de 3 meses.

▪Variação Partes Relacionadas - Circulante:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. Tamanho crescimento (+98%) se faz necessário para poder fazer frente às principais decisões de investimento de curto prazo, dado momento desafiador enfrentado com a recuperação judicial.

▪Variação Imobilizado - Não Circulante:

O crescimento de 13% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados a partir de 2018 de acordo a seu plano de investimento. Estes investimentos se devem para a adequação e modernização da usina.

PASSIVO

▪Fornecedores - Circulante:

A diminuição nesta rubrica é explicada pelo pela maior disponibilidade na rubrica Partes Relacionadas, o qual possibilita cada vez mais o pagamento a vista de seus fornecedores.

▪Variação Obrigações Tributárias - Circulante e Não Circulante:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica. Observa-se também uma maior participação em 2019 do parcelamento de ICMS celebrados, e que atualmente a companhia se encontra adimplente. Ainda no exercício de 2019, a Companhia protocolou o pedido de adesão ao Parcelamento Federal Especial das empresas em recuperação judicial, instituído pela Lei nº 10.522/2002, para os débitos dos impostos federais (PIS, COFINS, CIDE, entre outros). Em virtude da não consolidação do pedido até 30 de setembro de 2019, a Companhia está realizando os pagamentos estimados com expectativa de quitação em 84 parcelas, conforme previsão legal.

Exercício Social de 2018 x Exercício Social de 2017

ATIVO

▪Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que o crescimento da carteira de recebíveis se deu pela mudança na política de negociação da Companhia com clientes que, para ganhar mercado, passou a conceder maiores prazos.

▪Variação Adiantamento a Fornecedores - Circulante:

A redução dos adiantamentos a fornecedores é fruto e constantes negociações com nossos fornecedores, obtendo melhores condições de fornecimento.

▪Variação Partes Relacionadas - Circulante:

A variação é decorrente de operações de mútuos entre as empresas coligadas.

PASSIVO

▪Fornecedores - Circulante:

Resultado de constantes negociações com fornecedores, resultando em melhores prazos e condições de fornecimento.

▪Variação Obrigações Tributárias - Circulante e não circulante:

Reconhecimento de passivos tributários com processos de parcelamentos decorrentes de autos de infração não contingenciados anteriormente.

* * *

10.2. Resultados das operações

a. Resultados das operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Para os últimos três exercícios sociais a principal fonte de receita da Companhia foi a Gasolina A, decorrente da comercialização, no mercado interno, de produtos derivados do petróleo, resultantes do processamento em sua planta industrial das matérias primas necessária para a obtenção da Gasolina A.

Nos últimos anos a receita líquida da Companhia foi de R\$ 694.505 mil em 2017, R\$ 1.011.894 mil em 2018 (+46%), e R\$ 1.185.113 mil (+17%) em 2019. A melhora está diretamente relacionada com o maior volume de produção, derivada da constante e crescente venda de produtos. Outros fatores que contribuíram para a receita foi a alta do preço médio observada nos últimos anos, e a melhora na eficiência do processo de refino.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

- Aumento do custo dos produtos vendidos em decorrência do incremento apresentado no volume total vendido;
- Aumento das despesas administrativas devido a maiores necessidades de recursos devido ao aumento registrado nas vendas do período;
- A variação na incidência composta do ICMS-Próprio e ICMS-ST sobre as vendas
- Acréscimo nas despesas tributárias em decorrência da consolidação de parcelamentos tributários;

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A Companhia não teve variações significativas de receita que pudessem ser atribuídas a quaisquer dos eventos relacionados acima. Cabe ressaltar que a política de preços controlados no mercado interno já contempla atualmente as variações do preço do petróleo no mercado internacional.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia:

Os Diretores da Companhia comentam que devido à aquisição de insumos proveniente do mercado internacional, os aumentos na taxa de câmbio não afetaram significativamente os resultados da companhia, dado que, ao mesmo tempo os preços médios no mercado interno também sofreram variação.

* * *

10.3. Eventos com efeitos relevantes ocorridos ou esperados nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve nenhuma alteração na participação societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais:

A Companhia não teve eventos ou operações não usuais.

* * *

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis e Ressalvas e ênfases no parecer do auditor:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral" na preparação de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sendo evidenciadas e correspondendo às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve alterações das práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

A Companhia esclarece que a principal ressalva apontada pelo auditor é especificamente ligada à postergação do recolhimento das obrigações fiscais atrasadas e correntes, pela falta de liquidez da Companhia, observada desde a desapropriação das instalações industriais pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro, e que também contribuiu diretamente para o pedido de recuperação judicial. Abaixo, transcreve-se o parágrafo do Relatório de Revisão Especial sobre as demonstrações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2019.

"Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2019 os montantes de R\$ 4.109.329 mil e R\$ 4.121.789 mil respectivamente, referente as obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo

com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfases - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou déficit de R\$ 228.360mil. Naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$2.347.781mil e R\$ 2.372.791mil na controladora e consolidado, respectivamente, o passivo a descoberto em R\$2.779.487mil e o endividamento total em R\$7.102.051mil. A Administração da Companhia vem implantando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades. A continuidade das atividades da Companhia e suas controladas dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar em exercendo suas atividades.”

Por fim, os Diretores reforçam que as normas e práticas de auditoria geralmente aceitas pedem que o auditor adote uma posição conservadora em relação a problemas que indiquem dificuldades na continuidade normal dos negócios da entidade sob sua análise. Esta posição conservadora se traduziu em comentários técnicos específicos no relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

* * *

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação “OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral” na preparação de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sendo evidenciadas e correspondendo às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação

financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil é o Real e todas as transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas em moeda funcional, são convertidos pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento, quando aplicável. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data-base das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são descritas a seguir:

a) Provisão para perdas de estoques

A provisão para perdas de estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos em sua planta industrial.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda de crédito esperada

Essa provisão é fundamentada em análise de histórico de perdas ou conhecimento de dificuldade financeira do cliente, monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas controladas, poderão afetar adversamente as probabilidades e conseqüentemente as estimativas realizadas.

A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, principalmente, fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado de acontecimentos do passado, para provável saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

d) Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

- Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

- Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil

de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

No final do exercício 2019, a Companhia realizou inventário físico de seus ativos com a contratação de empresa terceirizada especialista nesse segmento, e concluiu que não existe a necessidade de registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos, e ratificou a razoabilidade da vida útil de cada componente.

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, em especial, o imobilizado, os investimentos e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica dos empreendimentos imobiliários que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente.

Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

f) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos e de serviços é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

g) Novas normas, interpretações e alterações de normas ainda não adotadas

- Adoção do CPC 06 R2 (IFRS 16)

Refere-se à definição e orientação sobre o registro dos contratos de arrendamentos mercantis, sendo que a administração da Companhia adotou essa norma a partir de 1º de janeiro de 2019 para os seus contratos de locação de imóveis, aplicável apenas para a Controladora. Conforme previsto nas disposições transitórias da norma, para fins de adoção inicial a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas informações trimestrais, individuais e consolidadas, de períodos anteriores.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

iv. contratos de construção não terminada; e

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

* * *

10.7. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

- (b) natureza e o propósito da operação; e
- (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Os Diretores esclarecem que a Companhia não teve itens não evidenciados que possam ser atribuídos a quaisquer dos eventos relacionados acima nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

* * *

10.8. Plano de Negócios:

(a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

De olho nas constantes mudanças e perspectivas de crescimento e transformação do mercado de refino, tendo em vista o início da fase não vinculante referente à venda das refinarias da Petrobrás e pela implementação futura de um novo marco regulatório do setor de distribuição de combustíveis, a Refit iniciou em 2018 uma série de investimentos que visam ao crescimento de sua atividade operacional e eficiência produtiva do seu parque industrial, trazendo a companhia para um cenário mais competitivo conforme as melhores práticas do mercado. Isto permitirá o processamento de diferentes matérias primas e a consequente produção de derivados como: óleo diesel, óleo diesel marítimo, óleo combustível para indústrias, naftas e cortes especiais para indústrias químicas.

Para fazer frente aos novos desafios vislumbrados, no longo prazo, a companhia realizou melhorias na infraestrutura da unidade de destilação para obtenção de Naftas estabilizadas através da coluna E-2002 e

entrada em operação de dois novos headers e outras duas estações de carregamento de granéis líquidos e recebimento de insumos, o que resultou no aumento da capacidade do despacho de produtos finais em 60% se comparados com dados históricos.

Foram executados projetos e montadas as instalações para a ampliação dos trens de destilação, visando a aumentar o volume de processamento existente. Neste sentido, a engenharia da Refit projetou, construiu e testou o segundo conjunto de refino, a unidade E-2004, modelada para adicionar mais 5.000 barris de petróleo (bbl) de capacidade diária de refino, elevando a capacidade total para 10.000 bbl. A nova unidade está preparada para processar condensados de petróleos leves, médios e produzir vários destilados atmosféricos de petróleo. A instalação foi concluída, vistoriada e aprovada pela ANP, órgão regulador, no final de 2018 tendo sido obtida a Autorização de Operação no primeiro trimestre de 2019.

Ainda em 2019, foram apresentados à ANP os estudos e documentos de engenharia para o processamento de Distillate (um novo insumo mais pesado) no trem da coluna E-2004, com o objetivo de produzir Diesel. Após análises, foi obtida a AO para operação e destilação deste insumo, obtendo Diesel conforme previsto. Foram iniciados também outros dois estudos e projetos: [i] Ampliação de capacidade na coluna e trem da E-2002 para 9.000 barris de petróleo dia (bpd) e [ii] Implementação de um terceiro trem de refino visando a diversificação da produção através do processamento de óleos mais pesados, para aumentar a produção de Diesel e obter outros hidrocarbonetos leves (pentanos, por exemplo) em complemento às atuais produções de Gasolina A.

Em linha com esta estratégia, foi realizada a requalificação do parque de tanques com a manutenção e modernização em 12 tanques de estocagem de matérias

primas, produtos intermediários de refino e produtos finais; e a instalação de radares de alta precisão para medição e controle dos níveis internos. Assim, a capacidade total de estocagem de graneis líquidos aumentou em 42.000 m³, representando aumento de 20% da capacidade atual se comparados com dados de 2017. Hoje a capacidade de tancagem autorizada da companhia é de 215.193,41 m³.

Coroando os investimentos já mencionados, foram realizadas obras de recuperação e adequação do duto e quadro de boias na Baía de Guanabara, localizado ao sul da Ponte Rio Niterói próximo ao Pier Mauá no Porto do Rio de Janeiro. O quadro de boias se conecta aos tanques de armazenagem da empresa por meio de um oleoduto de 6.818 metros de extensão e estava inativo desde 2012. Atendendo a todas as exigências técnicas, regulatórias, Normas da Marinha, INEA (Licença Operacional) para o duto que interliga o quadro de boias e a refinaria, além de outros órgãos reguladores, inclusive a aprovação do Levantamento Hidrográfico (LH - batimetria) do quadro de boias pela Marinha. Desta forma, desde novembro de 2019, o mesmo encontra-se em operação com capacidade de movimentar 800 mil toneladas de petróleo e derivados por ano.

Cabe destacar ainda o projeto de reforma geral do laboratório de controle de qualidade que teve a área ampliada de 260m² para 490m², setor de extrema importância para garantia de qualidade em todas as etapas de produção, desde a negociação e recebimento de insumos até a comercialização dos produtos. Relevante investimento foi realizado, principalmente, em equipamentos para análises instrumentais dedicadas à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, incluindo parcerias com laboratórios externos e renomadas universidades. Além do aumento na capacidade de análises de produtos, o laboratório ganhou equipamentos modernos de última geração e mobiliário novo.

Para cumprir seu papel junto à sociedade, a Refit tem desenvolvido e investido em ações relacionadas ao meio ambiente como gerenciamento de resíduos, controle de emissão atmosférica, descarte de efluentes e reaproveitamento de água. A companhia promoveu a completa revisão do sistema de tratamento de efluentes, ajustes nos sistemas de injeção de ar, substituição de reagentes por outros de maior eficiência na aglomeração e clarificação das águas residuais, além da implementação e operação de um novo sistema independente para tratamento dos esgotos sanitários.

Na área de Tecnologia da Informação, a Refit investiu, em 2018, na aquisição e implantação de diversos módulos de um novo ERP TOTVS com o objetivo de integrar todas as operações da empresa. O Sistema de Gestão Integrado tem como objetivo aprimorar o desempenho organizacional, reduzir custos e conflitos entre os sistemas. Assim, garantirá uma única estrutura de gestão ligada às estratégias e objetivos da empresa, além de permitir o gerenciamento de riscos organizacionais ao assegurar que todas as consequências de uma determinada ação sejam consideradas.

Como resultado dos investimentos iniciados em 2018 e em constante busca para garantir padrões de qualidade de seus produtos e processos, foi conquistado em fevereiro de 2019 a certificação ISO 9001:2015 que abrange: "Refino, Processamento, Armazenamento, Movimentação e Comercialização de Derivados de Petróleo, Combustíveis e Biocombustíveis". A empresa, por sua vez, vem preparando-se para atender os requisitos necessários para obter a certificação ISO 14001, o que reforça seu compromisso com a gestão ambiental e uma cadeia produtiva sustentável.

Entre os anos de 2018 e 2019, os investimentos na planta totalizaram o montante de R\$ 14 MM voltados às unidades de destilação, R\$ 10MM na requalificação dos tanques, R\$ 2 MM no laboratório de controle de pesquisa, R\$ 2 MM na reativação do quadro de boias da baía de Guanabara. Cabe destacar que o investimento na melhoria operacional da companhia não limita que a mesma incorra em gastos de adequação de suas instalações para permitir que seus funcionários tenham melhores condições para desenvolver suas atividades do dia a dia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A Companhia tem desinvestimentos em andamento.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

A companhia não fez nenhuma divulgação nesse sentido.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Em 2019, foram realizados investimentos com o intuito de produzir Diesel em complemento à Gasolina A. O detalhamento de como a companhia realizou estes investimentos estão descritos na parte (a) acima mencionado.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional:

Os Diretores comentam que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos tópicos acima.

* * *



ANEXO II

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

(Conforme item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

A proposta da Companhia para Remuneração dos Administradores para o exercício de 2020 é de um montante máximo de R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais).

13.0 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ("administradores") de acordo ao estipulado na Proposta da Administração, analisada e previamente aprovada pelo Conselho de Administração. A companhia adota como base para a definição da remuneração de seus administradores os seguintes critérios:

- I. Atrair, reter e motivar profissionais que detenham qualificação, competência e perfil que atendam às características e necessidades do negócio da Companhia;
- II. Alinhar os interesses dos membros do conselho e diretoria da Companhia às crenças de gestão e aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo;
- III. Promover práticas de remuneração atraentes, motivando a recompensa pelo desempenho, tendo em vista o alcance de metas individuais e da Companhia;
- IV. Estimular o crescimento, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e, conseqüentemente, a criação de valor de longo prazo para a Companhia e seus acionistas;
- V. Fornecer remuneração competitiva em relação à remuneração praticada pelo mercado;

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

O Conselho de Administração e Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa composta por 12 (doze) parcelas fixas mensais ao ano (pagas sob o título de pro labore), cujo valor é determinado tendo em vista, entre outros fatores, as responsabilidades, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, responsabilidade e a complexidade inerente ao cargo. Quando necessário, os membros do Conselho de Administração são reembolsados pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

Os benefícios oferecidos consistem em Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Vale

Refeição, Vale Alimentação e Estacionamento, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na composição da remuneração total, tanto para os membros do Conselho de Administração como da Diretoria Estatutária é a seguinte:

Conselho de Administração				
	Previsto 2020	Real 2019	Real 2018	Real 2017
Salários/Pró-labore	96%	95%	100%	100%
Benefícios	4%	5%	-	-
Diretoria Estatutária				
Salários/Pró-labore	96%	96%	100%	100%
Benefícios	4%	4%	-	-

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

A Companhia procura manter a competitividade e atualidade de sua prática de remuneração. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, ou não, comparando suas práticas às de outras empresas do mesmo porte, setor e referência no mercado.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A definição dos elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária visa a atrair e reter profissionais, garantindo remuneração competitiva e alinhada às práticas de mercado.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

A companhia não teve nenhum membro de sua administração não remunerado para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A remuneração a que fazem jus os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é fixa. Sendo considerado, de maneira geral, para determinação do montante, o desempenho financeiro e operacional da empresa no último exercício social encerrado.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

O montante anual da remuneração dos administradores é fixo e determinado tendo como referência o desempenho da Companhia no último exercício social encerrado.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo.

A Companhia busca alinhar sua remuneração visando a atração e retenção de profissionais qualificados por meio da definição de uma remuneração fixa que reconheça e reflita, dentre outros elementos, o desempenho, demanda de tempo, responsabilidades e conhecimento de seus administradores e, conforme o caso, também por meio de pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva não recebem remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou coligadas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há remuneração ou qualquer tipo de benefício vinculado a ocorrência de evento societário.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. Os órgãos e Comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer a remuneração global dos administradores.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A remuneração global dos administradores é definida a partir de práticas de mercado para o setor, especialmente os adotados para empresas do mesmo porte que a companhia.

iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor.

A avaliação da adequação da remuneração ocorre, geralmente, de forma anual. Porém, caso necessário, essa avaliação poderá ser realizada em períodos menores, apoiada por meio da realização de pesquisas referenciais conduzidas por empresas especializadas, ou não, nas quais se observa o comportamento da remuneração de empresas do mesmo porte e segmento ao da Companhia.

* * *

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, preencher tabela abaixo:

Conselho de Administração				
R\$/mil	Previsto 2020	Real 2019	Real 2018	Real 2017
Nº de membros	3	3	3	2
Nº de membros remunerados	3	3	3	2
Remuneração Fixa				
Salários/Pró-labore	532.655	433.204	357.653	251.286
Benefícios	23.440	22.412	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações				
Plano de Stock Options	-	-	-	-
Total	556.095	455.617	357.653	251.286

Diretoria Estatutária				
R\$/mil	Previsto 2020	Real 2019	Real 2018	Real 2017
Nº de membros	3	3	3	3
Nº de membros remunerados	3	3	3	3
Remuneração Fixa				
Salários/Pró-labore	731.922	530.678	524.185	343.533
Benefícios	29.591	21.135	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações				
Plano de Stock Options		-	-	-
Total	761.512	551.814	524.185	343.533

Nos termos do art. 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), caso o Conselho Fiscal seja instalado, a assembleia geral que elege seus membros fixará sua remuneração na forma da legislação aplicável, e seus membros farão jus ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função.

Até o momento não há proposta de instalação de Conselho Fiscal na Companhia. Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal, e não há previsão de instalação do Conselho Fiscal.

*

*

*

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação ao bônus:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;
- e. Em relação à participação no resultado:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido ao resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não se aplica, uma vez que as remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são fixas.

*

*

*

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. Termos e condições gerais;
- b. Principais objetivos do plano;
- c. Forma como o plano contribui para esses objetivos;
- d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia;
- e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo;
- f. Número máximo de ações abrangidas;
- g. Número máximo de opções a serem outorgadas;
- h. Condições de aquisição de ações;
- i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;
- j. Critérios para fixação do prazo de exercício.
- k. Forma de liquidação;
- l. Restrições à transferência das ações;
- m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;
- n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

A Companhia não possui planos de incentivo em longo prazo ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações;
- e. Valor justo das opções na data de cada outorga;
- f. Diluição potencial em caso do exercício de todas as opções outorgadas.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

* * *

13.6. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação às opções ainda não exercíveis:
 - i. Quantidade;
 - ii. Data em que se tornarão exercíveis;
 - iii. Prazo máximo para exercício das opções;
 - iv. Prazo de restrição à transferência das ações;

- v. Preço médio ponderado de exercício;
- vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social;
- e. Em relação às opções exercíveis:
 - i. Quantidade;
 - ii. Data em que se tornarão exercíveis;
 - iii. Prazo máximo para exercício das opções;
 - iv. Prazo de restrição à transferência das ações;
 - v. Valor justo das opções no último dia do exercício social;
 - vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

*

*

*

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

- a. Órgão;
- b. Número de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação às opções exercidas informar:
 - i. Número de ações;
 - ii. Preço médio ponderado de exercício;
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas;

e. Em relação às ações entregues informar:

- i. Número de ações;**
- ii. Preço médio ponderado de exercício;**
- iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.**

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

*

*

*

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. Modelo de precificação;**
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;**
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;**
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada;**
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3

(três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

*

*

*

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2019		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	42.122	0,1%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%

Não há outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum que sejam detidos por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

*

*

*

13.10. Em relação aos Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão;
- b. Número de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Nome do plano;

- e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;
- f. Condições para se aposentar antecipadamente;
- g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

*

*

*

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Conselho de Administração				
R\$/mil	Previsto 2020	Real 2019	Real 2018	Real 2017
Nº de membros	3	3	3	2
Nº de membros remunerados	3	3	3	2
Remuneração Fixa				
Maior Remuneração	191.550	180.000	180.000	180.000
Menor Remuneração	149.555	73.240	72.653	71.286
Remuneração Média	177.552	144.401	119.218	125.643

Diretoria Estatutária				
R\$/mil	Previsto 2020	Real 2019	Real 2018	Real 2017
Nº de membros	3	3	3	3
Nº de membros remunerados	3	3	3	3
Remuneração Fixa				
Maior Remuneração	348.961	239.869	234.662	166.334
Menor Remuneração	127.700	120.000	120.000	57.333
Remuneração Média	243.974	176.893	174.288	85.883

Nos termos do art. 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), caso o Conselho Fiscal seja instalado, a assembleia geral que eleger seus membros fixará sua remuneração na forma da legislação aplicável, e seus membros farão jus ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função.

Até o momento não há proposta de instalação de Conselho Fiscal na Companhia. Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal, e não há previsão de instalação do Conselho Fiscal

*

*

*

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

A Companhia não possui os instrumentos mencionados neste tópico.

*

*

*

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria

Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que fossem partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

* * *

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve pagamento de qualquer valor para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a remuneração pela função que ocupam.

* * *

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve valores reconhecidos no resultado de controladores,

diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum ou controladas da Companhia a título de remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

*

*

*

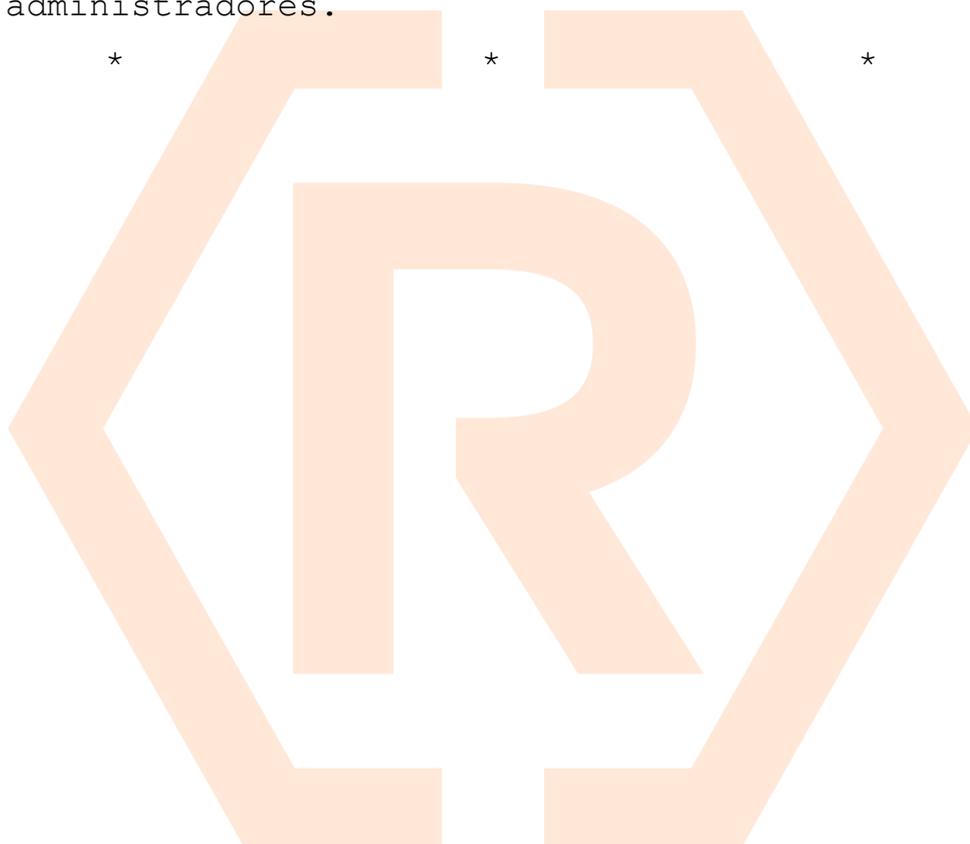
13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes sobre a remuneração dos administradores.

*

*

*



ANEXO III

QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR
(Conforme itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução
CVM n° 480, de 07 de dezembro de 2009

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: a. nome; b. data de nascimento; c. profissão; d. CPF ou número do passaporte; e. cargo eletivo ocupado; f. data de eleição; g. data da posse; h. prazo do mandato; i. outros cargos ou funções exercidos no emissor; j. se foi eleito pelo controlador ou não; k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; l. número de mandatos consecutivos; m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal, ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Jorge Luiz Cruz Monteiro	723.515.007-68	25/10/1962	Engenheiro
Cargo Eleito Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato
Membro Efetivo e Presidente do Conselho de Administração	01/06/2018	01/06/2018	2 anos
Outros Cargos e Funções no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro Independente	Número de Mandatos Consecutivos
Diretor Presidente	Sim	Não	4

Experiência Profissional

Jorge Luiz Monteiro possui mais de 30 anos de experiência na área química, possui formação técnica e superior em Química pela UFRJ, além de especialização em Administração e em Química e mestrado em Engenharia de Polímeros, também na UFRJ. Escola Técnica Federal de Química do RJ 1981-1986. Química Industrial 1986-1990 (FRNL-IME). Escola de Engenharia Química UFRJ - 1986. Especializações : COPPEAD 1998-1999. UFRJ Química Mestrado 2006-2007. FGV-PETROBRÁS. Gerenciamento Projetos Ênfase em Planejamento 2007-2008, sendo que, atualmente ocupa cargos na Gásdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. (administrador); Manguinhos Distribuidora S.A. (diretor) e Brickel B Fomento S.A. (diretor). Jorge Luiz Monteiro não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, e nenhuma condenação transitada em julgado, para a prática de suas atividades profissionais.

Declaração de Eventuais Condenações

O Sr. Jorge Monteiro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Em processo administrativo sancionador da CVM nº 19957.005762/2019-40 julgado em 23/06/2020 foi condenado à advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto. O Sr. Jorge Monteiro declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Ronaldo de Almeida Nobre	037.382.057-72	13/12/1943	Engenheiro e Economista
Cargo Eleito Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato
Membro Efetivo do Conselho de Administração	01/06/2018	01/06/2018	2 anos
Outros Cargos e Funções no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro Independente	Número de Mandatos Consecutivos
Não Aplica	Sim	Não	3

Experiência Profissional

Ronaldo Nobre é formado em engenharia pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica e em economia pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, com pós graduação pelo Northwestern University em Chicago. Atua como membro do Conselho da Refinaria de Petróleo de Manguinhos desde 2013, sendo que, atualmente, não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declaração de Eventuais Condenações

O Sr. Ronaldo Nobre não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Em processo administrativo sancionador da CVM nº 19957.005762/2019-40 julgado em 23/06/2020 foi condenado à advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto. O Sr. Ronaldo Nobre declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Simone Zontak Flit	078.644.327-86	01/04/1975	Administradora
Cargo Eleito Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato
Membro Efetivo do Conselho de Administração	01/06/2018	01/06/2018	2 anos
Outros Cargos e Funções no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro Independente	Número de Mandatos Consecutivos
Não aplica	Sim	Não	-
Experiência Profissional			
Administradora de Empresas formada pela Universidade Candido Mendes, atuou por 10 anos no Grupo Ediouro onde exerceu cargo de confiança na equipe de um dos acionistas tendo se envolvido no planejamento estratégico e execução de diversos projetos relevantes.			
Declaração de Eventuais Condenações			
O Sra. Simone Zontak não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Em processo administrativo sancionador da CVM nº 19957.005762/2019-40 julgado em 23/06/2020 foi condenada à advertência, não sendo inabilitada para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto. A Sra. Simone Zontak declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.			

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Nome	Participação em Reuniões (%)
Jorge Luiz Cruz Monteiro	100%
Ronaldo de Almeida Nobre	100%
Simone Zontak Flit	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário

A Companhia informa não possuir comitês instalados.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável uma vez que a companhia não possui comitês instalados.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

A Companhia informa não haver relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre seus administradores do emissor e/ou suas controladas, assim como de seu controlador.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;**
- b. controlador direto ou indireto do emissor;**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;**

Para os últimos 3 (três) exercícios sociais o Sr. Jorge Luiz Cruz Monteiro desempenhou, além das responsabilidades no emissor, os cargos de Administrador na Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. - em Recuperação Judicial e Diretor Presidente da Manguinhos Distribuidora S.A. - em Recuperação. Ambas controladas do emissor.